

"A oligarquia já apostou por recentralizar o Estado, as reformas estatutárias som via morta"

NOVAS DE GALIZA :: 08/08/2019

Tras el Dia da Patria, Novas de Galiza entrevista a Antom Santos de Causa Galiza

No passado número de julho, o jornal Novas da Galiza reportageava em extenso sobre a situação e perspectivas do independentismo galego, assinalando o paradoxo da sua crescente introdução social, e a sua necessidade de maturação organizativa. A publicação entrevistou, entre outras pessoas, Antom Santos em representação de Causa Galiza, extractando as suas declarações. Graças às companheiras do Novas, que nos cedem o texto completo, oferecemos à nossa comunidade leitora uma entrevista a fundo sobre os retos do arredismo.

Há um ano lançastes a iniciativa do Processo Trevinca. Em que momento se encontra e que objetivos vos marcades neste proceso?

Iniciou-se a finais de 2018 para atualizar diagnósticos e definir uma folha de rota confiável que abrace a massa social independentista. Um segundo objetivo é afortalar o projeto político incorporando setores que simpatizam mas não dão o passo à militância. É um processo laborioso, rematará na próxima primavera e vamos engordar a participação nele.

Qual é a vossa análise da situação atual do movimento independentista?

Se por movimento entendemos aquele que tem direção, estruturação organizativa, estratégia, linhas táticas, liderados legitimados, imaginário comum, etc., concluiremos que é inexistente. O real é uma constelação de grupos de afinidade e um estado de opinião independentista em crescimento contínuo com núcleos militantes que tratam de vertebrá-lo submetidos a fortes níveis de repressão. Nesta fase, digamos etérea, o independentismo embora minoritário alcançou níveis históricos de influência como fruto de décadas de luta, da constatação empírica dos limites da política autonomista e dos efeitos colaterais do processo catalão, que contribuiu a romper o tabu instaurado pela repressão e, também, pela vacilação estratégica da única direção nacionalista existente.

Quanto à situação deste movimento *in pectore* e os principais retos que afronta -romper o cinto sanitário da repressão, consolidar um projeto político e clarificar a sua estratégia-, avaliamos que os obstáculos mais importantes a abordar são a superação da deteriorada subjetividade e falta de coesão devida a conflitos do passado; a relaxação militante, que se disfarça em ocasiões de "crítica das militâncias tradicionais", mas carece de alternativa a ela, e a *antipolítica*. Temos a certeza de que com trabalho, maturação política e mão esquerda superarão-se estes entraves.

Quais passos achades necessários para fortalecer o movimento independentista?

A construção dum projeto político independentista com estratégia própria, intervenção sistemática em âmbitos diversos, capacidade para ganhar legitimação subjetiva e chegar a

acordos com terceiros em defesa do País, é o factor chave. Causa Galiza, com a modéstia de recursos que hoje a define, demonstrou que com vontade é possível sobrepor-se a profundas crises, a umha operação policial, à ilegalização de facto e refrotar a organização. Agora, este embriom de projeto político independentista deve responder à pergunta de que quere ser de maior e isso é o Processo Trevinca.

Qual é a herança que reivindicades da trajetória histórica do independentismo?

Reivindicamos o conjunto com acertos e erros e a qualidade humana e militante de centenas de pessoas que possibilitárom a existência dumha perspetiva independentista que outros intentárom apagar. Mas, sobretudo, reivindicamos três parámetros: a definição colonial da Galiza e a impossibilidade da reforma ou democratização do Estado espanhol quanto à questom nacional, que abocam à necessidade estratégica dumha rutura democrática unilateral; a negativa a fazer da política eleitoral e institucional o eixo central da intervençom e, por último, a aposta na conscientização de massa, a acumulação de forças, o conflito e o empoderamento popular para viabilizar a rutura à que aludia. Da nossa ótica, historicamente, as linhas vermelhas com o nacionalismo nom-independentista nom se limitam a um aspeto espetacular como foi no seu dia o debate dos métodos de luta, mas a estes parámetros com as suas importantes derivaçons políticas, ideológicas e organizativas.

Qual é o papel que achades tenhem que jogar no movimento independentista estruturas como os centros sociais ou as organizações partidárias?

Numha conceçom ampla do processo de liberaçom nacional, cada ferramenta deve jogar o seu papel e ai som imprescindíveis organizações setoriais, projetos de construção nacional, organizações de massa, sindicatos, projetos políticos e, também, se a gente os reconhecer, núcleos de vanguarda e direção estratégica. Aqui, no seu dia, após a implosom anunciada do Processo Espiral, produziu-se por reaçom umha deriva para posiçons *antipolíticas* que jamais figérom parte do *independentismo histórico* e debilitárom esta perspetiva. Nós partimos de que luta social e luta política som imprescindíveis e complementares, de que opo-las, ou sugerir a prescindibilidade da segunda, é umha conceçom alheia à aspiraçom de constituir um Estado próprio e, por último, de que, do mesmo jeito que é extremamente difícil erguer um projeto independentista sobre um país com fraca consciência nacional, também é fitício imaginar que a simples autoorganização popular -em ocasiõs, com vocaçom de gueto auto-referencial ou *zona de conforto*- possibilitará um pulso estratégico com o Estado.

Como interagem as contradiçons de naçom, de classe e de género?

Sustentamos que na Galiza existe umha contradiçom, que é a principal ou prioritária, entre os interesses dumha maioria popular em processo acelerado de pauperização e o Estado espanhol, entre o projeto nacional e popular e o do IBEX 35, ou entre soberanismo e unionismo. Que esta contradiçom nacional seja a principal nom é o resultado dum capricho ou preferência: surge da observaçom da realidade, da identificação do factor que pode acumular mais forças para um processo ruturista e do estabelecimento dumha ordem de prioridades. Esta contradiçom principal é a que modula o desenvolvimento das demais, a que define aliados e inimigos nesta fase e a que fixa os objetivos programáticos imediatos.

Além disto, é óbvio que esta é umha das questons pior compreendidas no debate intraindependentista e das que mais confluosidade gerárom no passado: a existência dumha contradiçom principal nom implica postergar ou abandonar o trabalho político sobre outras porque é impensável que poda ganhar músculo social um movimento de liberaçom nacional que se pugesse de perfil em relaçom às reivindicaçons da classe trabalhadora ou do feminismo. Do mesmo jeito, a reinvidicaçom nacional é irreduzível a um assunto identitário alheio às "cousas de comer", ou às cousas que importam à gente", como repete com ares de superioridade a *esquerda* espanhola: um Estado próprio é conditio sine qua non para ordenar a economia, o território, as políticas de transportes e infraestruturas, as relaçons externas, etc.

Nós fazemos esta singela pergunta para evidenciar a prioridade da questom nacional: como se pode pretender a socializaçom dos meios produtivos, a reduçom das taxas de produçom e consumo, ou a deconstruçom efetiva do patriarcado, quando se carecer dum poder com capacidade normativa suficiente -um estado- para dirigir os acontecimentos nestas direçons? Da nossa ótica, um programa de rutura democrática nacional com o Estado, que pivote sobre os interesses da maioria social, que combine luta de massa, ideológica e institucional, que some um arco da velha de setores populares, é o "mais revolucionário" que se pode imaginar neste momento.

Que possibilidades e riscos se abrem no momento atual, com a viragem soberanista do nacionalismo hegemónico e a falta de referentes orgânicos independentistas?

Existem referentes orgânicos independentistas à margem da simpatia ou antipatia que suscitem, ou da sua fortaleza. De facto, é por isso que estamos a fazer esta entrevista e é por isso que cada Dia da Pátria além da mobilizaçom do nacionalismo hegemónico existe umha segunda convocatória.

Mas respondendo à questom principal: com franqueza, somos cétricos a respeito da profundidade da viragem soberanista do BNG. Temos a impressom de que é epidérmica, de que se desenvolve sobretudo no terreno da retórica e é fruto dumha necessidade de relegitimaçom perante as suas bases, que som largamente mais ruturistas do que a sua direçom, após a histórica deriva autonomista que já ninguém nega. Setores independentistas, dentro e fora do BNG, olhárom com satisfaçom este processo, como um, passo na direçom certa. No entanto, nós formulamos duas objeçons a esta opiniom: a inexistência da estratégia de rutura com o Estado que avalize esta retórica e se poda contrastar e o facto real de que, pola via dos factos, a melhora estatutária segue a ser a aposta da direçom do BNG. Ana Pontón ainda insistia recentemente en formulaçons de reforma do modelo de Estado e "mais autogoverno" e a elevaçom do teito competencial, mesmo no caso de ser viável, que o duvidamos, nom é um avanço face a soberania.

Possibilidades e riscos? Quanto às primeiras, a "normalizaçom" de reivindicaçons que em anos passados abandeirava em exclusiva o independentismo. Isso, em si próprio, é positivo quando se trabalha com umha perspetiva nacional nom-seitária. Quanto aos riscos, a confusom é o mais destacável: que setores independentistas fiquem presos de estratégias que, pola via dos factos, aspiram à reforma estatal e a progressom competencial, complica a construçom independentista. Nós partimos da premissa de que o independentismo nom é

mais umha cor do arco da velha do nacionalismo hegemónico, nem o seu honesto Pepinho Grilo: é um projeto diferenciado que deve definir o seu próprio caminho e chegar a acordos com terceiros quando seja possível.

O BNG esteve presente nas últimas unidades de açom soberanistas -GpS, Via Galega-. Como foi a vossa interação com estas iniciativas? E quais som as diferenças com intentos de unidade no primeiro decénio do século XXI (BBDD, Causa Galiza 2007-2012)?

Por partes. GPS: o contexto político -crise e rutura do BNG- em que se ativou é indicativo, da nossa ótica, da intencionalidade política que albergava. Temos a impressom de que por parte da direçom do BNG nom existia intençom de dar desenvolvimento àquela iniciativa e a pretensom era, sobretudo, evidenciar a deriva beirista. Segundo, Via Galega: achamos que a socializaçom da necessidade do direito de autodeterminaçom -que nom o seu impossível “reconhecimento”- nom é umha tarefa pedagógica dissociada do acionar social e político diário, mas integrada neste. Isso é o que, da nossa ótica, nom se fai: o nacionailismo hegemónico esgaça a tarefa pedagógica da intervençom política geral, que pivota sobre o plano eleitoral e institucional. De novo, a contradichom entre discurso e a prática real e concreta.

As experiências anteriores tinham o impulso político do BNG. Logo houve outras prévias que tivérom impulso independentista. O projeto das Bases Democráticas Galegas, com breve percorrido, materializou-se, sobretudo, na celebraçom conjunta do Dia da Pátria por parte de distintas façons independentistas. O “programa de mínimos” servia para unificar por um dia e evitar umha situaçom de marasmo e atomizaçom que rechaçam as bases independentistas. Nom logrou superar essa fase e a negativa, falta de conviçom ou incapacidade dos partidos para apostar numha estratégia nacional tem responsabilidade nisso.

Por último, Causa Galiza: em 2007 inicia-se um processo de reforma estatutária sob um governo de Zapatero e com o BNG gerindo a administraçom autonómica da mao do PSOE. Nesta altura, a direçom nacionalista desprega umha estratégia claramente autonomista, agudizam-se as contradichons e produz-se umha injusta mas inevitável, quando as tuas práticas se assemelham das dos partidos do regime, homologaçom do nacionalismo com estes. É neste ponto que o BNG, contrariando a posiçom “de princípio”, se apresta a participar na reforma do Estatuto de Autonomia e ai temos as reunions de Quintana em Monte Pio. A perspetiva da reforma estatutária dá pé à gestaçom da Causa Galiza originária como projeto que aglutina setores anti-autonomismtas sobre parámetros básicos como o rechaço dos Estatutos, a reivindicaçom do direito de autodeterminaçom e a soberania política. Sob esta dinâmica, que se materializa em campanhas, mobilizaçons, etc., com a legitimaçom subjetiva de distintas façons e teitos históricos de mobilizaçom independentista, madura um projeto mais ambicioso que finalmente foi inviável: sentar as bases para construir um projeto abrangente a partir da conviçom de que a convivência política entre façons e a existência de espaços partilhados criaria as condiçons subjetivas para a gestaçom dum projeto independentista amplo. É evidente, visto desde hoje, que pecavamos de ingenuidade e que existiu em muitos casos umha diferença considerável entre o que se defendia retoricamente e a praxe de cada quem. Todas estas contradichons e, em

ocasions, a nossa falta de ma esquerda, figérom com que aquela experiência implosionasse quando o beirismo se cinde do BNG e várias façons reposicionam-se perante este acontecimento.

Que alianças achades necessárias para fortalecer o movimento independentista? É possível a unidade?

O problema a resolver hoje nom é a “unir” pequenas façons que sustentam divergências num projeto que as transcenda. Sim, se calhar, no passado, quando existiam várias organizaçons em conflito de legitimidades. Hoje, estas façons, ou desaparecérom, ou se supeditárom a estratégias nom-independentistas com a conseguinte simplificaçom do cenário. Nós entendemos o futuro nom como umha incómoda unidade *Frankenstein*, porque já nom existem as partes a suturar num todo superior, mas como construçom dum projeto e umha estratégia que prioricem a defesa imediata dos interesses do povo galego, a conscienciaçom e empoderamento nacionais e o desenvolvimento dumha estratégia de rutura com o Reino de Espanha. A “unidade” a construir é a do independentismo organizado com os movimentos populares e a unidade de açom com outros agentes em defesa do País. Neste sentido, como exemplo prático, é que estamos a apresentar aos agentes sociais e políticos galegos umha proposta de encontro nacional para traçar umha estratégia nacional para enfrentar o processo de substituiçom lingüística.

Há algunha ideia que considereis importante que nom esteja recolhida nestas perguntas?

Um elemento de reflexom: a oligarquia espanhola aposta num processo de centralizaçom económica, financeira, política e administrativa que afortale a sua posiçom nos mercados internacionais e na política interior. Este processo implica adelgaçar ou esvaziar o regime autonómico e coloca um obstáculo significativo à pretensom de “progressar” nele através de periódicas reformas estatutárias. Hoje, a elevaçom do teito competencial, que antes se apresentava como via “realista” e “pragmática”, só é viável quando existe um risco superior a combater: um processo independentista. Lá onde a correlaçom de forças faga prescindível acetar “cessons competenciais”, como sucede na Galiza, o adelgaçamento estatutário, com a construçom dum Estado espanhol a cada mais assimétrico, é a perspetiva imediata. Assim, contemplamos um paradoxo e um cenário a evitar: o primeiro, que o alargamento do teito competencial só é fatível como “mal menor” para o Estado quando a pressom independentista alcança o nível crítico e, segundo, que quando Madrid se dispom a minimizar a descentralizaçom administrativa de 1978, setores nacionalistas se convirtam na última trincheira em defesa dum status jurídico-político que, para além de possibilitar a aceleraçom do processo de deconstruçom nacional e pauperizaçom, é inútil para avançar na direçom contrária.

Muito obrigado pola vossa atençom,

Obrigadas e obrigados a vós.

<https://galiza.lahaine.org/ra-oligarquia-ja-apostou-por>